



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Apresentação: 27/06/2025 19:44:52.290 - CMULHER

REQ n.46/2025

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2025

(da Sra. Célia Xakriabá)

Requer moção de pesar pelo falecimento de Yape Re Anambé Guajajara, adolescente indígena de 17 anos que faleceu no dia 22 de junho com suspeita de violência obstétrica no Hospital Materno Infantil de Marabá, no Pará.

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos regimentais, o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento de Yape Re Anambé Guajajara, adolescente indígena de 17 anos que faleceu no dia 22 de junho de 2025 com suspeita de violência obstétrica no Hospital Materno Infantil (HMI) de Marabá, no Pará. No dia 17 de junho Yape Re deu a luz ao seu filho diante de vários relatos de violência obstétrica como episiotomia, manobra de kristeller, além de desrespeito com seus costumes e tradições espirituais e culturais posterior a sua ancestralização. Yape Re teve convulsão, parada cardíaca, ficou desacordada, permaneceu no hospital na UTI e com hemorragia até que no dia 22 de junho a família foi informada do falecimento da adolescente.

JUSTIFICAÇÃO

É com profunda dor e indignação que manifestamos nosso pesar pelo falecimento de Yape Re Anambé Guajajara, adolescente indígena de 17 anos que ancestralizou no dia 22 de junho de 2025. Ela era uma adolescente cheia de vida e tinha um futuro pela frente, mas infelizmente teve sua vida e seus sonhos interrompidos. De acordo com os relatos e denúncias da família, trata-se de um caso de violência obstétrica, negligência médica e hospitalar. Yape Re Anambé





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

deixou uma criança recém nascida que seguirá com seus familiares para manter viva a história de sua mãe que tanto lutou para viver até o último momento.

Yape Re nasceu no dia 5 de fevereiro de 2008, vivia na Aldeia Guajajara na Zona Rural de Itupiranga no Estado do Pará e sua morte se soma com as centenas de denúncias de violência obstétrica e mortalidade materna em todo o Brasil, com grande concentração no hospital onde Yape Re deu a luz. Os relatos em diversos veículos da imprensa nacional trazem casos de violência obstétrica, superlotação, além de morte materna, peri e neonatal.

A família da jovem guerreira indígena também alega que o corpo da jovem permaneceu trancado em um carro funerário das 15h às 21h, sem que os familiares tivessem qualquer acesso, o que configura uma violação de direitos humanos, culturais e espirituais do povo Guajajara. O Instituto Médico Legal (IML) de Marabá também teria se limitado a uma perícia externa, e tanto o IML quanto o Hospital Regional teriam se recusado a formalizar a negativa para a realização de uma necropsia completa.

Nenhuma mulher precisa passar por violência obstétrica e nenhuma família deveria viver a dor da perda de uma filha por razões que podem ser evitadas, prevenidas e tratadas com respeito pelo sistema de saúde público. Afinal, quando as pessoas procuram o sistema de saúde, elas buscam acolhimento, escuta, respeito e nunca buscam violência, maus tratos, desrespeito e insegurança.

Ainda, de acordo com a Promotora Gabriela Puggi Aguiar que instaurou a investigação no âmbito do Ministério Público Federal do estado do Pará após provocação da Presidência da presente Comissão:

Nesse aspecto, a violência obstétrica configura uma forma de violência de gênero, proibida pelos tratados interamericanos, praticada por responsáveis pela saúde de gestantes, no acesso aos serviços de acompanhamento pré-natal, no parto e no pós-parto, que se apresenta principalmente, sob a forma de um tratamento desumanizado, desrespeitoso, abusivo ou negligente com mulheres grávidas; negação de tratamento e de informação completa sobre o estado de saúde e os tratamentos aplicáveis; intervenções médicas forçadas ou sob coação; e tendência de patologizar os processos reprodutivos naturais, entre outras manifestações ameaçadoras no contexto do cuidados de saúde durante a gravidez, o parto e o pós-parto.

O ventre indígena é território sagrado. Entretanto, nos corredores hospitalares, esse território segue sendo violado com a mesma brutalidade que atinge nossas florestas e rios. A morte de Yape Re Anambé Guajajara representa a continuidade do genocídio silencioso que recai sobre as mulheres indígenas. Violência obstétrica é uma forma cruel de racismo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

institucional e de violência de Estado.

O caso está sendo acompanhado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, pelo Ministério Público do Pará, o Ministério Público Federal, o Fórum perinatal do Pará, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense e pela SESAI para exigir celeridade na apuração dos fatos e a responsabilização exemplar dos envolvidos. Nosso horizonte precisa ser prevenir, dissuadir e reprimir as práticas de abusos, desrespeito e maus-tratos, de cunho físico e/ou verbal, antes, durante e após o parto, amplamente reconhecidas como violência obstétrica.

O corpo de Yape Re foi silenciado, mas sua história precisa ecoar como denúncia e como semente de justiça.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2025.

Deputada Célia Xakriabá
PSOL - MG

Apresentação: 27/06/2025 19:44:52.290 - CMULHER

REQ n.46/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258395656800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá

